



# CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC**

Os Vereadores que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e o que lhe faculta o Regimento Interno desta Casa e a Lei Orgânica do Município, especialmente com fundamento no artigo 27 da Lei Orgânica do Município, apresentam:

## **PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2019**

*ACRESCENTA ARTIGO 46-A e PARÁGRAFOS AO  
ARTIGO 46 NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE  
LUIZ ALVES.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Luiz Alves/SC aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Luiz Alves (SC) passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

*Art. 46 [...]*

*§1º O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber remuneração quando:*

*I - Impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;*

*II - Em gozo de férias;*

*III - A serviço ou em missão de representação do município.*

☎ (47) 3377 1336

✉ camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000



# CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



*§2º O Prefeito gozará férias anuais de trinta dias, sem prejuízo da remuneração, acrescida de 1/3 (um terço), ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.*

**Art. 2º**A Lei Orgânica do Município de Luiz Alves (SC) passa a vigorar acrescida do art. 46-A, com a seguinte redação:

*Art. 46-A. As remunerações do Prefeito e a do Vice-Prefeito serão estipuladas na forma do Art. 15, inc. VII, desta Lei Orgânica, fazendo jus ao recebimento da gratificação natalina (13º salário), no mesmo montante do subsídio previamente fixado.*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Luiz Alves/SC, em 08 de fevereiro de 2019.

**Laerte Schveitzer**

Vereador

**Arlindo Gorges**

Vereador

**Saulo Brás Will**

Vereador

☎ (47) 3377 1336

✉ [camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br](mailto:camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br)

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000



# CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Respeitosamente, cumprimos Vossa Excelência e os Eminentes Vereadores desta Casa Legislativa, ensejo em que nos permitimos, com a especial vênua, usando das prerrogativas concedidas pelo artigo 27 da Lei Orgânica do Município, encaminhar para a devida apreciação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2019, que “acrescenta parágrafos ao artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Luiz Alves”

O Supremo Tribunal Federal (STF) exarou decisão definitiva no Recurso Extraordinário - RE nº 650898, pontuando como devidas as sobreditas verbas.

*11. É evidente que os agentes públicos não podem ter uma situação melhor do que a de nenhum trabalhador comum. Não devem, contudo, estar condenados a ter uma situação pior. Assim, se todos os trabalhadores têm direito ao terço de férias e décimo terceiro salário, não se afigura razoável extrair do §4º, do art. 39 da CF, uma regra para excluir essas verbas dos agentes públicos, inclusive daqueles ocupantes de cargos eletivos.*

*12. O regime de subsídio veda, assim, o acréscimo de parcelas na composição do padrão remuneratório mensal fixado para uma determinada carreira ou cargo público. Não é, porém, incompatível com o terço constitucional de férias e com o décimo terceiro salário, pagos em periodicidade anual, sem qualquer adição ao valor mensal da remuneração.*

[...]

☎ (47) 3377 1336

✉ camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000



# CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



*17. Penso ser claro, assim, que não há um mandamento constitucional que exclua dos agentes públicos, inclusive daqueles ocupantes de cargos eletivos, a possibilidade de integrarem regimes que prevejam o pagamento de terço constitucional de férias e de décimo terceiro salário. Não se extrai diretamente da Constituição, nem mesmo por um mandamento de moralidade, uma vedação ao pagamento dessas parcelas. A definição sobre a adequação de percepção dessas verbas está inserida no espaço de liberdade de conformação do legislador infraconstitucional.*

Quanto ao tema, há também o Comunicado nº 050/2017, da FECAM, que orienta como os municípios catarinenses devem proceder com relação às férias.

Além disso, colhe-se do Prejulgado nº 2196 do TCE/SC:

*I. Em relação ao prefeito municipal:*

*I.1. na condição de detentor de mandato eletivo, não se aplica automaticamente o § 3º do artigo 39 da Constituição Federal;*

*I.2. é admitida a percepção de décimo terceiro subsídio desde que previsto na lei municipal que fixar o respectivo subsídio mensal;*

*I.3. em razão do exercício contínuo das atividades do prefeito municipal, com dedicação exclusiva (vedado o exercício de outra atividade laboral pública - CF, art. 38), equiparando-se a qualquer trabalhador urbano, é admitida a percepção de um terço de férias, desde que previsto na lei municipal que fixar os respectivos subsídios mensais;*

*I.4. a indenização por férias não-gozadas somente será devida quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: ter o beneficiário concluído o mandato eletivo ou do afastamento do respectivo cargo sem o gozo das férias; existir expressa autorização em lei local para a concessão do adicional e para a indenização; e o beneficiário não for servidor público do ente.*

☎ (47) 3377 1336

✉ [camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br](mailto:camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br)

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000



# **CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**Estado de Santa Catarina**



Desta feita, demonstrada a legalidade e constitucionalidade das alterações propostas, faz-se necessária a alteração da LOM para que a matéria reste devidamente regulamentada em âmbito municipal.

Ante o exposto, considerando justificadas as razões desta iniciativa, solicitamos a colaboração dos Vereadores desta Casa para aprovação da presente propositura.

Luiz Alves/SC, em 08 de fevereiro de 2019.

**Laerte Schweitzer**

Vereador

**Arlindo Gorges**

Vereador

**Saulo Brás Will**

Vereador